

O conceito de técnica na pedagogia social de Paul Natorp

[The concept of technique in Paul Natorp's social pedagogy]

Joaquim Braga¹

Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal)

DOI: 10.5380/sk.v20i2.90838

Resumo

Para fazer da *pedagogia social* uma verdadeira alternativa ao psicologismo dominante nas teorias educativas do seu tempo, Paul Natorp apoia a sua abordagem conceptual em três eixos capitais, a saber: a vontade, a comunidade e a autodeterminação. É, contudo, o conceito de técnica que propriamente estabelece as condições de ligação entre esses eixos e, por sua vez, lhes dá um sentido pedagógico alargado a todas as esferas da sociedade em que a questão da formação dos indivíduos é mais visível e necessária. Sendo intimamente associada ao conceito de trabalho, a visão natorpiana da técnica confere à própria pedagogia social um estatuto tecnológico que, como se verá, adquire um poder vigilante sobre todos os outros domínios em que há mediação técnica. Atendendo a esta sua dupla implicação, intentarei mostrar como a técnica, na teoria de Natorp, se funda numa visão tecnocêntrica das relações e instituições sociais, assim como das capacidades racionais atribuídas aos indivíduos.

Palavras-chave: comunidade; Natorp; pedagogia; técnica; vontade.

Abstract

To make *social pedagogy* a valid alternative to the prevailing psychologism in educational theories of his time, Paul Natorp supports his conceptual approach on three main axes, namely: will, community and self-determination. It is, however, the concept of technique that properly establishes the conditions of the relation between these axes and gives them a pedagogical purpose extended to all spheres of society in which the issue of the formation of individuals is more noticeable and necessary. Being intimately associated with the concept of work, the Natorpian vision of technique gives social pedagogy itself a technological status that, as will be seen, achieves a vigilant power over all other domains permeated by technical mediation. Bearing this double implication in mind, I will try to show how technique, in Natorp's theory, is based on a technocentric vision of social relations and institutions, as well as the rational faculties attributed to individuals.

Keywords: community; Natorp; pedagogy; technique; will.

¹ bragajoaquim77@gmail.com

1. Introdução

Ficou como principal característica do movimento filosófico neokantiano a sua vocação para um diálogo interdisciplinar permanente com as áreas do saber, com o propósito de expandir os horizontes teóricos da racionalidade e levar a própria actividade filosófica a neles procurar o seu poder reflexivo. O pensamento pedagógico de Paul Natorp é disso assaz ilustrativo, mas, como nunca foi, verdadeiramente, escrutinado pela filosofia, merece, ainda hoje, apenas significativa atenção por parte das ciências da educação – as quais vêm nele um dos pilares incontornáveis da *Reformpädagogik* germânica.

A tentativa de conferir à pedagogia um espectro social alargado, capaz de fazer confluir todas as principais instituições culturais, traz à expressão a necessidade de deixar de circunscrever a *Bildung* moderna, ditada pelo pensamento iluminista, ao âmbito da constituição individual do “eu”. Sem nunca recusar o legado iluminista, mormente o kantiano, Natorp dá voz, em toda a sua obra, à reivindicação do “nós” e à sua plena inclusão na objectivação dos preceitos pedagógicos que devem nutrir o horizonte da sociabilidade humana. Tal inclusão depende, desde logo, dos laços sociais serem precedidos e pensados pela articulação fundacional dos indivíduos com a comunidade. Nas teorias da educação do século XIX, o psicologismo dominante tornou essa articulação obsoleta e infactível. A pedagogia social de Natorp reactualiza, precisamente, o retorno do pensamento teórico a um mundo orgânico das relações humanas, almejando contrapor ao crescente individualismo moderno o cenário da comunhão, povoado por seres que se projectam e identificam segundo os mesmos princípios civilizacionais.

Se a teoria pedagógica natorpiana é fundada numa pedagogia da vontade é porque ela ambiciona ultrapassar a visão reducionista das teorias educativas que têm como horizonte formativo apenas o percurso individual dos seres. A técnica aparece, aí, como o fenómeno empírico que permite dar expressão ao fundo volitivo das actividades humanas e, na sua vertente educativa, concebe-las segundo critérios pedagógicos ideais. Como intentarei mostrar ao longo da minha reflexão, nas numerosas páginas dedicadas ao seu projecto da *Sozialpädagogik*, provém do pensamento de Natorp, ainda que de forma não sistemática, uma concepção de técnica que não só se articula com os preceitos educacionais, como, também, denota uma genealogia antropológica das relações sociais e da vida em sociedade. De facto, o conceito de técnica natorpiano tem como pano de fundo uma *utopia comunitária*, em que os diversos meios criados e utilizados pelos indivíduos, ao invés de determinarem fatalmente as suas acções, são subjugados à vontade humana e postos ao serviço das principais instituições sociais, como a família, os estabelecimentos de ensino e as associações políticas. Logo, porque concebidos segundo um modelo ideal de progresso contínuo, indivíduo e comunidade são encarados como processos convergentes. Tal convergência depende, por sua vez, de uma *utopia tecnológica*, pela qual os meios e os procedimentos técnicos se ajustam à articulação harmoniosa do individual com o colectivo.

Do ponto de vista histórico-filosófico – mormente no que concerne à influência que a Escola de Marburgo teve na transformação do pensamento kantiano numa teoria da cultura –, uma reconstrução da abordagem natorpiana da técnica é, igualmente, relevante para se compreender o horizonte semântico das que surgiram nas primeiras décadas do século vinte. É aí que se destacam os nomes de Ernst Cassirer e Martin Heidegger, quer pela ligação estreita que ambos tiveram com Natorp quer pelo interesse manifestado na análise do universo tecnológico. (Se se conceber a abordagem natorpiana segundo o espírito de uma incomensurável tecnofilia e a heideggeriana mergulhada ainda numa certa tecnofobia, vislumbrar-se-á, com maior rigor, o ponto crítico intermédio assumido por Cassirer nas suas considerações sobre a técnica enquanto *symbolische Form*.) É já, também, considerando esse fundo crítico legado por ambos que podemos trazer à reflexão as implicações substantivas que o conceito de técnica natorpiano impõe à objectivação das formas de interacção sociais e da constituição intersubjectiva dos seres, e, no plano epistémico, aos horizontes filosóficos da teoria da cultura.

2. Vontade e técnica

No seu artigo “*Kant und die Marburger Schule*”, Natorp assinala, de forma veemente, as virtualidades da filosofia transcendental kantiana para a objectivação da existência cultural dos seres humanos. Para sustentar tal desígnio filosófico, articula o autor a famosa máxima do Fausto, de Goethe – *Im Anfang war die Tat* (No princípio, era o acto) – com a ideia de que é, nas várias manifestações culturais, como as científicas e artísticas, que se escrutina a natureza do desempenho produtivo dos indivíduos e a sua repercussão na formação quer do espírito humano quer da objectividade do mundo (Natorp, 1912, p. 197). Tais palavras, enunciadas em 1912, não passaram, certamente, despercebidas a Ernst Cassirer e tiveram eco, anos mais tarde, na concepção da sua *Kulturphilosophie* e do seu projecto da *Philosophie der symbolischen Formen*. Também Cassirer, com a conversão da crítica da razão numa crítica da cultura, procura aplicar o método transcendental à “unidade do conhecimento” e, assim, fazer jus a cada “acto criativo da cultura” (Natorp, 1912, p. 200). Ainda nesse artigo sobre a influência do pensamento kantiano na edificação da escola de Marburgo, Natorp evidencia, de forma assaz clara, a intenção de conceber o conhecimento segundo uma dinâmica processual aberta, pela qual o devir converge com a própria processualidade do método transcendental. É, nos seus termos, “o eterno *fieri* da criação cultural” que, preenchendo a actividade e o espírito filosóficos, impede a redução do método transcendental a qualquer tarefa considerada absoluta (Natorp, 1912, p. 211). Logo, como ele posteriormente reitera, ao contrário dos intentos de Kant, a filosofia não deve ser circunscrita ao *factum* (o feito) da ciência, mas, antes, percorrer o caminho traçado pelo *fieri* (o fazer) da ciência (Natorp, 1925, p. 213).

Partindo da máxima de que “quem conhece é, ao mesmo tempo, quem quer conhecer” (*der Erkennende ist zugleich der Wollende*), depressa Natorp vê na formação e desenvolvimento dos actos volitivos a *conditio sine qua non* dos próprios actos cognitivos (Natorp, 1899, p. 66). Ambos os actos se interpenetram, constituindo uma coerência indestrutível e fruto da qual se esbatem os limites rígidos equivocadamente impostos entre os domínios da acção e os do conhecimento, os da prática e os da teoria. A mesma máxima sustenta a relevância que o conceito de trabalho assume na obra de Natorp. O trabalho, enquanto fonte primária da sociabilidade humana, é o conceito-chave que anima todo o espectro das propostas pedagógicas natorpianas, devendo, por sua vez, a sua expressão escolar ser dada pela forma como os educadores incluem, nos processos de ensino-aprendizagem, princípios de acção que tornem os indivíduos plenos de autonomia. Tal como um escultor que elimina tudo o que da matéria não se ajusta à obra, também os educadores devem tentar suprimir tudo o que estorva o ímpeto e o desenvolvimento da autonomia.

Quando passa dos domínios do conhecimento para os da regulação das acções humanas, Natorp mantém-se, ainda e sempre, fiel à ideia de eterno *fieri*. A ética não deve ser reduzida aos critérios de aceitação e inscrição de valores. Bem pelo contrário, ela exige de cada ser humano um “auto-aperfeiçoamento incessante” (Natorp, 1912, p. 218), o qual deve ser intuído e interiorizado como uma tarefa *para e por* cumprir. Essa tarefa infinita tem como cardeal ponto de referência o “*soziale Ideal*” natorpiano, segundo o qual o devir, nas suas diversas manifestações históricas e culturais, desagua na constituição da sociedade como articulação da vontade individual com a vontade comunitária (Natorp, 1913, p. 77).

A articulação da vontade com a comunidade é arquetípica. Se “se aprende a querer experienciando a vontade do outro”, então, daí resulta o princípio teórico de que “o efeito primário da comunidade incide sobre a vontade” (Natorp, 1899, p. 77). A subjectividade é salvaguardada pela retroacção das relações comunitárias na consciência de cada ser, o que leva Natorp a afirmar que, do encontro com os outros, do movimento de alteridade, redundam as diferenças que permitem a autodeterminação subjectiva dos seres. Há, aí, na génese comunitária da subjectividade, um sopro de “infinito” no conhecimento dos outros e de tudo quanto se faz empiricamente, pois as relações sociais, assim vivenciadas, despertam a busca incessante pelo

que nos distingue uns dos outros.

Para Natorp, o primeiro princípio que deve fundamentar a vida social dos indivíduos é dado pela *impossibilidade* de eles terem uma existência fora dos limites da sociedade. Como ele a esse respeito afirma, “O homem só devém homem por meio da comunidade humana” (Natorp, 1899, p. 68). O filósofo neokantiano desenvolve a articulação ideal, ancorada na filosofia transcendental kantiana, da existência individual com a existência social dos indivíduos segundo uma pedagogia que intenta dar expressão ao equilíbrio funcional entre as “três formas básicas da actividade humana”, a saber: instinto (*Trieb*), vontade (*Wille*) e razão (*Vernunft*) (Natorp, 1908, p. 678). Como de forma clara é expresso em *Philosophische Propädeutik*, é pelo facto de a vida social se encontrar ancorada nessas formas básicas que se torna possível transferir os preceitos morais adstritos à vida individual para a esfera comunitária. Tal transferência entronca com as formas de mediação técnicas. Estas também se aplicam, segundo Natorp, de forma similar, quer ao mundo físico quer ao mundo do trabalho, contribuindo, assim, para que, no âmbito da articulação da vontade com a moral, a regulação social das acções humanas seja reinscrita no “fundo natural da existência humana” (Natorp, 1905, pp. 44-45).

Se o trabalho, como já referido, surge como o húmus da sociabilidade, a técnica, por seu turno, revela todo o seu poder social na própria configuração do mundo do trabalho. Este é concebido como materialmente determinado pela mediação técnica, da qual em grande parte resulta, segundo Natorp, o perfil social de cada actividade humana inscrita no cosmos comunitário. A “comunitarização do trabalho” explica-se, consequentemente, pela necessidade de tornar eficaz a vontade individual e fazer da congregação de forças um mecanismo de produção eficiente – logo, do ponto de vista material, a “vantagem técnica surge como o principal fundamento da comunitarização do trabalho” (Natorp, 1899, p. 137).

O que torna possível vislumbrar o acoplamento do conhecimento com a vontade – da razão teórica com a razão prática – e da vontade com a educação, surge, assim, associado ao conceito de técnica. Qualquer objecção a esse princípio teórico, baseada na ideia de que a esfera técnica só abrange o universo social e, como tal, não deve ser aplicada ao domínio subjectivo das actividades individuais, não tem em linha de conta a aplicabilidade da determinação da vontade tanto ao social quanto ao individual (Natorp, 1899, pp. 136-137). A influência da obra do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi é assaz evidente nesta abordagem. Natorp diz-nos que, ao contrário do que sucede em várias esferas sociais da vida moderna – como a economia, a política e a moral –, o trabalho técnico raramente é abordado pelas ciências pedagógicas. Ora, para ele, Pestalozzi surge como o pedagogo que mais contribuiu para a articulação da teoria com a técnica, especialmente por intermédio da classificação da educação segundo um modelo orgânico tripartido: a “cabeça” representa o domínio do conhecimento teórico, o “coração” expressa o domínio da moral e, por último, a técnica é figurada pelas “mãos” (Natorp, 2013a, pp. 77-78).

Em rigor, o uso dado a estas formulações de Pestalozzi serve para criticar e ultrapassar as abordagens pedagógicas psicologistas de Johann Friedrich Herbart. Com a sua obra-mestra, *Allgemeinen Pädagogik aus dem Zweck der Erziehung abgeleitet* (1806), publicada na primeira década do século dezanove, Herbart lança as bases científicas e académicas da pedagogia, enquanto domínio epistémico autónomo. A pedagogia herbartiana define-se, essencialmente, como uma teoria educativa aplicada aos contextos de ensino-aprendizagem escolares. A excessiva ênfase colocada na esfera psíquica dos educandos – nomeadamente a idiosincrasia das crianças – põe em causa, segundo Natorp, a execução progressiva dos ideais educativos, uma vez que desconsidera a relevância da vontade e os contextos comunitários onde ela é formada, assim como a repercussão destes na formação da acção pedagógica.

Apesar da “preponderância unilateral da técnica”, mormente de o risco elevado do “trabalho exterior” desfazer o “equilíbrio” cognitivo entre a interioridade intelectual e a exterioridade manual – a ponto de o “acto de pensar” ser totalmente subordinado à segunda

e “o poder criador subjugar-se à sua criatura, a ‘máquina’” –, para Natorp, o labor técnico é uma parte integrante da educação humana (Natorp, 2013a, p. 80). Advogando as formulações pedagógicas de Pestalozzi, crê Natorp que a ideia de que “o homem seja, também, uma máquina” deve ser desconstruída, porque ela traz, novamente, à expressão a velha divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, a qual é assaz nefasta para uma compreensão abrangente da cultura e dos factores técnicos que, intrinsecamente, contribuem para o “desenvolvimento humano” (Natorp, 2013a, p. 80).

Em vez de demonizar a crescente mecanização do trabalho, o autor de *Sozialpädagogik* defende a tese de que os desenvolvimentos tecnológicos, ao conduzirem a uma unificação do mundo social – tanto na sua expressão nacional quanto no seu alcance internacional –, demandam uma reformulação dos preceitos pedagógicos atinentes à organização da vida em sociedade. Tal facto impele a uma recondução da inteligência tecnológica para a criação do *espírito comunitário* na vida social dos indivíduos, o que exige uma espécie de desfragmentação da exterioridade criada. Por outras palavras, não se trata de produzir algo isolado – como um simples artefacto – e aceitar a sua causalidade material, mas, antes, de levar cada indivíduo a participar na criação da vida comunitária por meio de uma criatividade partilhada. Se a técnica se expressa, sempre, como “inteligência” é porque ela confere à própria inteligência humana uma extensão “activa” e “laboriosa” (Natorp, 1920, p. 69). Tendo como referência essa dupla extensão, torna-se, então, possível aplicá-la ao domínio da pedagogia social, com a ressalva, porém, da prevalência do modelo da obra comunitária sobre o modelo do génio criador. Como a esse respeito adverte Natorp, o ideal técnico importado pela pedagogia suplanta o desígnio de formar talentos individuais – como o de Leonardo da Vinci –, devendo, sim, manter o foco na formação de todos os indivíduos e na capacidade de criação colectiva (Natorp, 1920, p. 69).

3. Causalidade e educação

Ferdinand Tönnies, em *Gemeinschaft und Gesellschaft*, opõe o conceito de vontade primária (*Wesenswille*) ao de vontade arbitrária (*Willkür*), mostrando que o primeiro define as relações humanas do mundo comunitário e o segundo, inversamente, aponta para os comportamentos artificiais, técnicos e ideais, governados pelo primado do pensamento sobre a própria vontade, nos múltiplos contextos da sociedade industrializada (Tönnies, 1887, p. 99). Natorp, por sua vez, embora acolha a semântica sociológica de *Gemeinschaft*, não estabelece uma demarcação rígida entre o orgânico e o mecânico, nem tão-pouco vê nela, como sucede na teoria de Tönnies, uma concepção puramente normativa, mormente conjectural. Pelo contrário, trata-se, antes, de traçar um liame funcional e estrutural entre as esferas vitais da vida humana e as formas de organização mais elevadas da sociedade. A utopia comunitária natorpiana está, nesse sentido, ancorada na possibilidade de a técnica – tanto na sua dimensão procedimental quanto na sua dimensão artefactual – ser elevada a uma mediação transparente das relações humanas. A ideia de transparência concorda com a de eficácia, deduzida da *adequação entre meios e fins* e coroada como fundo estável e objectivo dos pressupostos racionais da formação dos indivíduos.

Os dois conceitos – transparência e eficácia –, porém, fazem parte do léxico das abordagens puramente centradas na instrumentalidade da técnica. Para exaltar a consciência causal e reconhecer a sua aplicabilidade aos princípios e fundamentos pedagógicos, Natorp vê-se como que teoricamente obrigado a reduzir as formas de mediação técnicas ao seu perfil instrumental. Por meio do ideal de transparência conferido à técnica, é, igualmente, traçada uma linha contínua entre instinto, vontade e razão, reforçando, assim, o poder de unificação da teleologia das acções mediadas tecnologicamente. Ao dispor de uma articulação artificial, criada, tais acções são mais susceptíveis de intervenção, regulação e reformulação; adquirem, por assim dizer, uma visibilidade social cuja exterioridade não é alheia à da dos valores comunitários.

Seguindo a linha de muitas abordagens filosóficas modernas, Natorp faz, então, uso do conceito de técnica para pensar o universo social dos indivíduos. Em *Sozialpädagogik. Theorie der Willenserziehung auf der Grundlage der Gemeinschaft* ou em *Gesammelte Abhandlungen zur Sozialpädagogik*, a expressão que evidencia esse acoplamento teórico é, precisamente, a de “*soziale Technik*”. Para o filósofo neokantiano, a técnica começa por ter como propósito a preservação da vida, tal como se evidencia pelas necessidades adstritas à agricultura e indústria. Contudo, partindo do desígnio, exaltado por Thomas Hobbes, de que “o pior inimigo do homem é o próprio homem”, Natorp introduz a ideia de uma “segunda técnica”, visando com ela caracterizar todas as actividades e todos os meios que contribuem para a edificação e regulação da vida em sociedade – como, por exemplo, a lei, o costume, o culto e a educação (Natorp, 1907, p. 6). São, precisamente, tais dispositivos da sociedade que fazem da segunda técnica uma verdadeira técnica social. Porque representa o nível primário da mediação técnica, da relação humano-natureza redonda a arquirelação – movida pela conformidade plena entre meios e fins – à qual as esferas da sociabilidade devem ser submetidas, principalmente aquelas que melhor sustentam a vida em comunidade.

Natorp, em *Plato's Staat und die Idee der Sozialpädagogik*, situa já a concepção de técnica social nos fundamentos da teoria do estado platónica. A técnica social é, genealogicamente, uma segunda técnica, uma vez que a primeira técnica concerne aos meios criados pelos seres – como a agricultura e a indústria – para assegurar a sua existência conjunta e as suas necessidades primárias. Sobre o conceito de “ideia” em Platão, assevera Natorp que ele deve ser remetido ao mundo quotidiano, nomeadamente às actividades mediadas tecnologicamente. De entre estas, a *poiesis* artística torna-se assaz exemplificativa da forma como um arquétipo mental do objecto representado é convertido numa expressão sensível, a qual deve salvaguardar a correspondência harmoniosa das partes com o todo e evocar, sempre, os princípios puros – isto é, ideais – da configuração da obra (Natorp, 1895, pp. 11-12).

Ora, tal como sucede nas esferas da *poiesis* artística, também a ideia de “Estado” platónica ilustra, segundo Natorp, a concatenação necessária da configuração arquetípica – neste caso, a organização social – com a técnica. O Estado, enquanto obra de uma técnica normativa superior, exige um labor de configuração progressivo em plena concordância com um modelo de representação da sociedade. Em vez da pedra ou da madeira que o artista utiliza para materializar a sua obra, é a matéria refinada do pensamento humano que deve ser configurada segundo os princípios incorruptíveis da ordem estatal (Natorp, 1895, pp. 11-12).

Os nexos analógicos e organicistas que permeiam o pensamento platónico dão corpo, por sua vez, ao intento natorpiano de escudar a teleologia da mediação tecnológica no *desígnio de controlo*. Em geral, a técnica é concebida por Natorp ainda segundo os preceitos baconianos, ou seja, como possibilidade de dominar a natureza – o que, também, inclui os seres humanos. Porque consegue trespassar a natureza e dela retirar a materialidade refratável e adequada à vida do espírito, é que ela se afigura como a melhor forma de determinar a mediação da vontade, assim como a regulação moral da vontade dos indivíduos. A ponte tecnológica estabelecida entre sociedade e natureza repousa, por isso, numa aposição originária da humanidade à artificialidade. O desígnio de controlo, alavancado pela técnica, tem os mesmos fundamentos naturais quer para o domínio das forças da natureza quer para o domínio das forças humanas. Graças à mediação tecnológica, a determinabilidade da vontade e do comportamento moral “retrocede à base natural da existência humana” (Natorp, 1905, p. 45), tornando-se assim possível sustentar o alcance efectivo das possibilidades ideais de conformidade dos actos com os valores éticos. Ao contrário das outras formas de mediação, a técnica social põe, nesse sentido, em jogo uma determinabilidade auto-referencial, nutrida e velada pelo movimento normativo que cada indivíduo impõe às suas faculdades volitivas.

Porque implicam sempre condições materiais, as actividades sociais, tal como as exercidas tecnicamente sobre a natureza, são regidas e determinadas por nexos causais específicos. Para fazer um uso pleno das analogias inspiradas pelo universo tecnológico, Natorp atenua,

primeiramente, as linhas de demarcação rígidas entre a vida natural e a vida social e, em segundo lugar, remete a essência da técnica ao conhecimento da natureza. Ao fazê-lo dessa dupla forma, o filósofo de Marburgo integra no conceito de técnica já a ligação íntima entre natureza e sociedade. A técnica encontra-se circunscrita às leis causais da matéria e, como se lê nos ensaios intitulados *Grundlinien einer Theorie der Willensbildung*, ao invés de poder determinar os fins, só pode criar “meios para determinados fins” (Natorp, 1895-1897, p. 324). (A tese da pretensa neutralidade axiológica da técnica torna-se, assim, explícita). Nesse sentido, todas as interações humanas têm equivalências materiais com o controle da natureza operado pelos artefactos tecnológicos – também as acções humanas operam como verdadeiros meios na realização de determinados fins.

Segundo os caminhos de argumentação natorpianos, a regulação social das actividades humanas traz à expressão um inevitável confronto entre a técnica natural e a técnica social. A educação dos indivíduos e o desenvolvimento da sua consciência implicam uma “subordinação metódica” (*methodische Unterordnung*) da primeira à segunda, pela qual se estabelecem e inscrevem os princípios orientadores e formativos das acções humanas (Natorp, 1905, p. 47). Esta concepção social tecnocêntrica deixa-se, então, explicar pela necessária aplicação das relações causais aos fenómenos da vontade humana. Nas palavras de Natorp, tudo o que contribui para a efectivação das finalidades apenas ao agir, está, intimamente, conectado com processos de mediação tecnológicos – “A realização do desejado é uma questão técnica” (*Die Verwirklichung des Gewollten ist Sache der Technik*); porque, como ele reitera, quando se trata de “realizar o que se quer”, as relações causais passam a determinar “toda a actividade humana” (Natorp, 1899, p. 38). Logo, o dever, o bem e o mal são conceitos com uma proveniência técnica comum, visto que, neles, a finalidade se encontra acoplada à causalidade – ou, por outras palavras, os meios e os fins expressam as causas e os efeitos, respectivamente.

4. Subjectividade e autodeterminação

Dados os laços que unem a vida prática com a vida subjectiva dos seres, Natorp crê que o método da psicologia deve ultrapassar os limites de objectivação impostas pelas *Naturwissenschaften* e *Kulturwissenschaften*. A consciência e, com ela, a subjectividade são irreduzíveis a uma mera conversão objectal. A subjectividade – a qual representa o nível mais alto da relação dos seres com a realidade – deve ser investigada segundo os seus princípios formativos, porque são estes, por sua vez, que configuram a ordem objectiva dos fenómenos. As fontes subjectivas de todo o conhecimento do e no mundo – as quais resultam do primado da vivência (*Erlebnis*) sobre a experiência (*Erfahrung*) – são as que assinalam no “eu” a capacidade de imprimir à realidade a pregnância do devir e, neste caso, também, a do devir mediado tecnologicamente (Natorp, 2013b, p. 39).

Com efeito, a questão que, aqui, se coloca é a de saber se a concepção natorpiana de técnica social não põe em causa os princípios de individuação dos seres, nomeadamente os que têm vínculos essenciais com as vivências subjectivas e se mostram irreduzíveis à comunicação em sociedade. Não equivalem os argumentos pedagógicos de Natorp aos enunciados já no programa tecnocientífico de Francis Bacon? Se Natorp pensa a organização social segundo a dupla determinação causal da mediação tecnológica e da vida em sociedade, qual é o lugar que ele reserva à constituição subjectiva dos seres?

Para responder à pergunta da subjectividade, Natorp procede a uma espécie de inversão do movimento da dupla determinação. Ao invés de ser concebido como um fenómeno puramente exógeno – da exterioridade para a interioridade –, o movimento de autodeterminação pressupõe que cada ser humano seja capaz de configurar a sua própria vontade em estreita concordância com os processos de mediação técnicos. Porém, o que essa possibilidade de inverter a dinâmica da

causalidade exógena igualmente revela, é, sobretudo, uma alargada concepção de técnica assente na autodeterminação psíquica do seres. Assim concebida, esta pressupõe nexos analógicos entre o domínio causal tecnológico adstrito ao controlo das forças da “natureza inanimada” e “o domínio causal das forças motrizes humanas” – também o segundo é abrangido pelo conceito de técnica (Natorp, 1899, p. 140). Tal conexão de forças faz com que a técnica imponha uma heteronomia à própria existência humana, em virtude de as relações causais que articulam as capacidades volitivas serem, a um tempo, psicológicas e naturais.

Mantendo-se fiel ao legado baconiano, a concepção natorpiana de técnica exige o pressuposto de um duplo progresso em que o prático e o teórico se entrelaçam e definem mutuamente: o progresso da técnica só se torna exequível pelo do conhecimento da natureza (Natorp, 1899, p. 163). Todavia, Natorp vislumbra no progresso da técnica duas tendências opostas. A primeira diz respeito ao modo como uma solução tecnológica se torna capaz de, a uma escala global, unificar e ultrapassar uma série de problemas. A articulação das máquinas com o trabalho manual revela, precisamente, essa unificação do conhecimento prático. Uma outra tendência contrastante, porém, depressa se afirma. Trata-se da multiplicação das necessidades técnicas que redunde de um incremento na divisão do trabalho e da sua consequente especialização. Como a esse respeito assevera Natorp, a especialização faz com que as novas invenções estimulem “novas possibilidades técnicas” e sejam concebidas “tarefas nas quais ninguém havia pensado antes, porque, também, ninguém havia podido pensar nelas” (Natorp, 1899, p. 170).

Apesar do reconhecimento de alguns momentos históricos que marcam o desenvolvimento tecnológico, a teoria pedagógica de Natorp não atende à concepção de mundo que, por meio desse desenvolvimento, estrutura as dinâmicas culturais. De facto, como argumentado por Gabriele Mückenhausen, a constituição da *Sozialpädagogik* implica uma redução das dimensões individuais e subjectivas às leis e imperativos científicos. O esforço metodológico de articular o teórico com o prático não salvaguarda, por si só, os princípios de “uma progressão segura e contínua da prática futura”, pois o âmago da pedagogia social natorpiana é desprovido de “qualquer valência factual” e apenas preenchido pela crença no progresso cultural decorrente das invenções tecnológicas (Mückenhausen, 1989, p. 230). Ora, é a dupla ideia de devir e progresso que enforma o optimismo pedagógico de Natorp. Para o filósofo de Marburgo, os vários processos de humanização e educação devem ser ponderados tendo como padrão uma “consciência de progresso ilimitado”; consciência essa, contudo, que se situa não no elevado grau de formação dos indivíduos, mas, antes, na livre capacidade de autoformação de cada indivíduo (Natorp, 1899, p. 216). Logo, o imperativo educativo natorpiano só pode, por isso, ser o seguinte: “devemos permanecer sempre aprendizes (*wir sollen immer Lernende bleiben*)” (Natorp, 1899, p. 216).

Ainda que com outros conceitos, idêntica crítica pode ser já encontrada nos escritos de Theodor Litt. Na sua condição de filósofo da cultura e pedagogo, Litt concebe a teoria pedagógica natorpiana sob a moldura logicista dos neokantianos da Escola de Marburgo, embora reconheça que, tal como a *filosofia das formas simbólicas* de Ernst Cassirer, também Natorp, numa fase mais madura do seu pensamento, procure um fundamento para as suas formulações no mundo da vida. O próprio Cassirer, no terceiro volume da sua *Philosophie der symbolischen Formen*, opõe ao conceito de lei (*Gesetz*) natorpiano o conceito de forma (*Form*), para conceber os princípios formativos e criativos das várias manifestações culturais que tecem o cosmo simbólico dos seres humanos, assim como para, no plano metodológico, salvaguardar a operabilidade filosófica dos conceitos de objectividade e subjectividade (Cassirer, 1994, pp. 66-67). As considerações de Litt seguem semelhante rumo. Ele descreve o logicismo de Natorp segundo uma “lei de *logos* atemporal”, pela qual a consciência se desliga das vivências psíquicas, temporais e empíricas, e ascende ao reino unificado e unificador das ideias (Litt, 1927, p. 23).

Poucos anos antes do perecimento de Natorp, Litt trouxe à expressão um hiato teórico profundo entre o pensamento pedagógico e o pensamento apoiado nos princípios instrumentais

e causais da técnica. Sem nunca referir o nome de Natorp, no artigo *Die Methodik des pädagogischen Denkens*, Litt empreende uma crítica assertiva às concepções pedagógicas fundadas na teleologia tecnológica. Nesse texto, afirma o filósofo da cultura que a educação e a pedagogia não podem ser equiparadas à tecnologia. São outros os fundamentos que as regem, designadamente os que definem a totalidade psicofísica de cada ser humano e a sua irredutibilidade aos princípios mecanicistas aplicados à articulação das partes isoladas de um dado sistema. Se, na esfera tecnológica, o propósito já é determinado pela materialidade que lhe é exterior, então a ideia de liberdade que prevalece na acção pedagógica nunca poderá aceitar tal apriorismo material (Litt, 1921, pp. 27-31). A pedagogia possui mais ligações com a arte do que, propriamente, com a tecnologia. O educador partilha com o artista a fantasia de imaginar o que ainda não é, mas que pode vir a ser (Litt, 1921, p. 42).

5. Considerações finais

Para Natorp, o valor do instrumento reside na sua possibilidade de servir “como meio para desempenhar algo específico” (Natorp, 1907, p. 401). Logo, é a finalidade que determina a sua eficácia operativa. No campo oposto, situa-se o pensamento, cuja determinabilidade é irredutível aos propósitos da vontade – caso contrário e tal como um instrumento, ele seria um simples meio – e antes aponta para as leis internas que o regem. Embora seja a conformidade do pensamento com as suas leis internas que garante a sua eficácia, Natorp concebe uma “inter-relação necessária entre o pensamento e a vontade”, a qual, por sua vez, se duplamente ramifica na “educação para o pensamento correcto e para a da vontade correcta” (Natorp, 1907, p. 401). É, em grande parte, devido a essa possibilidade de convergência do pensamento com a vontade que se fundamentam os arquétipos instrumentais da pedagogia social idealizada por Natorp. De facto, a pedagogia natorpiana assume-se como “ciência técnica” (*technische Wissenschaft*) e, não, como “ciência normativa” (*normative Wissenschaft*); o que, verdadeiramente, para ela deve contar, é a formulação dos meios para atingir os fins e, não, a formulação e justificação dos fins (Natorp, 1907, p. 497).

Com efeito, para sustentar a tese seminal da irredutibilidade da pedagogia social aos ditames individualistas da educação escolar, Natorp converte a pedagogia numa técnica das técnicas – ela é uma *super-técnica*, programada para regular e reorientar todas as actividades sociais com uma inscrição técnica, explícita ou implícita. Com tal propósito em mente, pode, então, o filósofo neokantiano sedimentar o lugar destacado do conceito de vontade na arquitectura da *Gemeinschaft*. Enquanto corolário último da acção pedagógica, também esta se deixa idealizar como um macromecanismo em que as forças volitivas se conjugam e operam de forma coerente.

O arquétipo mecanicista é, uma vez mais, reafirmado, quando Natorp imputa à consciência de cada ser a possibilidade de autodeterminação da vontade. O indivíduo transforma-se no *instrumento* de si próprio – numa palavra, autoprograma-se. Mas, para tal, a técnica pedagógica deve ser capaz de incutir nele a dupla faculdade de saber seguir os fins e usar os meios. Pois só na medida em que também se forma e opera como meio que cada indivíduo pode apor a sua vontade à dos demais e, conseqüentemente, contribuir para a edificação da comunidade ideal.

Uma das muitas questões que desta concepção podem redundar, é a de saber como se distinguem as metodologias técnicas da pedagogia das formas de experiência e conhecimento culturais, como, por exemplo, a arte. Apesar da sua visão pedagógica tecnocêntrica, Natorp defende a concepção de que a arte e a educação para a arte devem permanecer irredutíveis ao caminho do individual para o geral, essencialmente potenciado pela educação moral. Apesar de o “geral” ser nela uma dimensão “necessária”, qualquer “educação artística que permanecesse encerrada no geral não seria uma educação para a arte, mas, na melhor das hipóteses, para a técnica” (Natorp, 2013a, p. 203). Em *Philosophie und Pädagogik*, Natorp estabelece uma distinção

entre arte e técnica, baseada na ideia de tempo. Para ele, a arte não vive no futuro, mas antes num “eterno presente” (Natorp, 2013a, p. 193). A dimensão do futuro está, apenas, circunscrita ao desenvolvimento material dos meios técnicos que suportam a criação artística. Logo, por mais que a arte seja permeada pela técnica e esta intente atingir um estatuto artístico, persiste, sempre, um “contraste claro” entre ambas (Natorp, 2013a, p. 78).

Uma vez mais se observa que, apesar dos intentos de Natorp de estender o método transcendental às criações culturais e por meio dele estabelecer distinções entre elas, há um vazio histórico nas relações das formas da cultura, apenas e aparentemente preenchido pelo imperativo pedagógico e, sobretudo, pela latente teleologia optimista das acções humanas. Deve-se, precisamente, ao texto póstumo de Ernst Cassirer, *The Myth of the State* (1946), o preenchimento desse vazio histórico e do qual resulta uma visão dinâmica das esferas culturais, as quais, em vários momentos, ao invés de permanecerem vinculadas pelo contraste, são sujeitas à sobreposição e à consequente indistinção. Cassirer, na sua crítica assertiva à técnica dos mitos políticos, mostra-nos como a redução e subjugação do pensamento, das actividades e das instituições a uma visão de mundo puramente tecnocêntrica estão na base da edificação política e legitimação mítica dos regimes totalitários.

Referências Bibliográficas

CASSIRER, E. *The Myth of the State*. New Haven: Yale University Press, 1946.

CASSIRER, E. *Philosophie der symbolischen Formen, Dritter Teil: Phänomenologie der Erkenntnis*. 10. Aufl., Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1994.

HERBART, J. F. *Allgemeinen Pädagogik aus dem Zweck der Erziehung abgeleitet*. Göttingen: Johann Friedrich Röwer, 1806.

LITT, T. *Die Philosophie der Gegenwart und ihr Einfluss auf das Bildungsideal*. Zweite verbesserte Aufl., Wiesbaden: Springer Fachmedien, 1927.

LITT, T. ‘Die Methodik des pädagogischen Denkens’. In: *Kant-Studien*, Band 26, Berlin: Verlag von Reuther & Reichard, pp. 17-51, 1921.

MÜCKENHAUSEN, G. ‘Das Problem des Kulturprogressismus im Werk Paul Natorps’. In: OELKERS, J.; SCHULZ, W.K. & HEINZ, E.T. (Hrsg.). *Neukantianismus. Kulturtheorie Pädagogik und Philosophie*, Beiträge zur Theorie und Geschichte der Erziehungswissenschaft, 4. Weinheim: Dt. Studien-Verlag, pp. 227-240, 1989.

NATORP, P. *Plato’s Staat und die Idee der Sozialpädagogik*. Berlin: Carl Heymanns Verlag, 1895.

NATORP, P. ‘Grundlinien einer Theorie der Willensbildung’. In: NATORP, P. (Hrsg.). *Archiv für systematische Philosophie*. Berlin: Verlag von Georg Reimer, Band I, pp. 65-100/pp. 289-326, 1895, Band II, pp. 317-354, 1896, Band III, pp. 49-78/ pp. 417-454, 1897.

NATORP, P. *Sozialpädagogik. Theorie der Willenserziehung auf der Grundlage der Gemeinschaft*. Stuttgart: Fr. Frommanns Verlag, 1899.

NATORP, P. *Philosophische Propädeutik. Allgemeine Einleitung in die Philosophie und Anfangsgründe der Logik, Ethik und Psychologie*. 2. Aufl., Marburg: N. G. Elwert’sche Verlagsbuchhandlung, 1905.

NATORP, P. *Gesammelte Abhandlungen zur Sozialpädagogik. Erste Abteilung: Historisches*. Stuttgart: F. Frommann Verlag, 1907.

NATORP, P. 'Stichwortartikel "Sozialpädagogik"'. In: REIN, W. (Hrsg.). *Enzyklopädisches Handbuch der Pädagogik*. Bd. 8, 2. Aufl., Langensalza: Beyer&Söhne, pp. 675-682, 1908.

NATORP, P. 'Kant und die Marburger Schule' In: *Kant-Studien*, vol. 17, n. 1-3, pp. 193-221, 1912.

NATORP, P. 'Recht und Sittlichkeit. Ein Beitrag zur kategorialen Begründung der praktischen Philosophie'. In: *Kant-Studien*, vol. 18, pp. 1-79, 1913.

NATORP, P. *Sozial-Idealismus: Neue Richtlinien Sozialer Erziehung*. Berlin: Verlag von Julius Springer, 1920.

NATORP, P. *Vorlesungen über praktische Philosophie*. Erlangen: Verlag der Philosophischen Akademie, 1925.

NATORP, P. *Philosophie und Pädagogik. Untersuchungen auf ihrem Grenzgebiet*. Nachdruck des Originals von 1909. Paderborn: Salzwasser Verlag, 2013a.

NATORP, P. *Allgemeine Psychologie nach Kritischer Methode*. Hrsg. von Sebastian Luft. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2013b.

TÖNNIES, F. *Gemeinschaft und Gesellschaft: Abhandlung des Communismus und des Socialismus als empirischer Culturformen*. Leipzig: Fues's Verlag, 1887.